



Comitê Gestor Estadual de Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento a Acesso à Documentação Básica

ATA DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO (GT) DOCUMENTAÇÃO

Data: 21/01/2021

Horário: 10:30h

Participantes: Dr. Marcos Moraes Fagundes (MPRJ); Dra. Raquel Chrispino (TJRJ); Dra. Fátima Maria Saraiva Figueiredo (DPGERJ); Dr. Thales Arcoverde Traiger (DPU); Tula Vieira Brasileiro (MPRJ); Luana Bezerra Evaristo da Silva (MPRJ); Lívia Pereira Paschoal (MPRJ); Marina da Silva Viana (MPRJ); Adriana de Carvalho Lima (Sec. de Estado de Saúde); Carolina Cruz Teixeira Carmo (ARPEN-RJ); Carolina Rique Nepomuceno (Receita Federal); Thayana Cruz (SEPLAG); Alexandre Trece Motta (SEPOL – Polícia Técnico Científica); Susan Azevedo (SEDSOH); Nathália Guimarães (Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos); Fernanda Nunes (COMDOC-Rio); Jovita Belfort (SEDSOH); Gisela Dias Barbosa (TRE-RJ); Márcio **completar nome** (SEPOL – Polícia Técnico Científica);

Item 1 – Apresentação dos participantes

Iniciada a reunião, foi feita a apresentação dos participantes.

Item 2 – Informes

Susan informou que recebeu uma ligação da representante da Fundação Santa Cabrine pedindo auxílio para a criação de um curso para emissão do título de eleitor e da inscrição no CPF. E que a Dra. Raquel sugeriu que fosse feito um convite para ser enviado ao GT DOC e ao GT SEAP. A reunião será dia 04/03, das 10:30h às 11:30h e contará com a presença da Sra. Lízia (TRE-RJ) e da Carolina Rique (Receita Federal).

Gisela informou que o SIEL está indisponível e que tal informação consta no site do TRE-RJ.

Item 3 – Planejamento 2021

PLANEJAMENTO 2021

2

- Dr. Marcos Fagundes sugeriu a criação de um Centro de Referência para pessoas sem documentos na Central do Brasil, e no mesmo local, ter um acervo para guardar a documentação de pessoas que não tem onde guardá-la.
- Dr. Marcos ficou de entrar contato com o Dr. Alberto responsável pelo inquérito sobre o DETRAN que tramita no MPRJ, para saber do andamento
- Retomar a discussão do Provimento 104 sobre a comunicação eletrônica entre registro civil e identificação civil. (DETRAN)
- Dra. Fátima informou que o NUDEDH enviou o ofício ao Diretor do DETRAN/RJ, mas que ele não foi respondido. E ficou de reiterar. (DETRAN)
- Dr. Thales sugeriu que seja trabalhada a questão do registro de brasileiros filhos de imigrantes estrangeiros sem documentação.

Tula iniciou o ponto que trata do planejamento para 2021 com a sugestão do Dr. Marcos sobre a criação de um centro de referência no sentido de ser tanto um local para guardar os documentos das pessoas como para emissão deles. A ideia seria uma integração de atendimento, serviços e sistemas. E, perguntou à Susan se ela e a Jovita conseguiram ver a possibilidade de se fazer algo desse tipo na Central do Brasil.

Susan disse que o prédio da SEAP tem exigências próprias, tais como a proibição de ingressar usando bermuda ou chinelo e tem que ter a identificação para receber a carteirinha de visitante. E que até a presente data não tem nenhuma resposta definitiva sobre a viabilidade ou não da proposta.

Dra. Raquel explicou a Thayana que todos os órgãos emissores de documentos têm documentos abandonados e que todos eles representam gasto de dinheiro público. E que essas pessoas são as que demandam gratuidade nos órgãos públicos. E perguntou qual seria o arquivo que poderia se responsabilizar por esses documentos abandonados.

Thayana disse que um bom lugar seria a arquitetura já que dispõe de arquivistas e tem um trabalho voltado para isso. E ficou tentar uma aproximação ou verificar se tem outro órgão que possa atender melhor a proposta.

Dr. Thales entende que seria interessante uma parceria entre os Correios e o DETRAN/RJ para colocar esses documentos perto das pessoas, além da ampla divulgação sobre isso.

Ele lembrou que o Centro POP tem a atribuição de guardar os documentos das pessoas em situação de rua. E que na sua opinião isso falta ser divulgado e mais bem trabalhado. Disse ainda que essa série de empecilhos do prédio da Segurança Pública na sua

opinião não é o melhor lugar para isso já que as pessoas que têm mandado judicial em aberto não irão buscar atendimento.

Dra. Raquel concordou que talvez não seja boa a ideia de ser na Central do Brasil. E que a sua preocupação é que seja uma instituição que se responsabilize. E que será um projeto trabalhoso e com ônus, vez que o projeto terá que ter investimento em dinheiro, mas em contrapartida irá economizar dinheiro dos órgãos emissores de documentos do próprio Estado. E que seria interessante que esse órgão atue em acordo de cooperação técnica com os Correios. E sem prejuízo da articulação com outros órgãos que atuem com populações específicas. E lembrou que há certidões de nascimento abandonados no ônibus do sub-registro, na Defensoria Pública, na COESUB, então o perfil do público é muito variado.

Tula perguntou se a proposta da SEPLAG ajudar com a construção da política de documentação avançou internamente. E a Thayana respondeu que tem conversado com o Subsecretário e que ele pediu para que seja definido bem o escopo para que a proposta possa ser levada ao Secretário. E sugeriu que seja feita uma apresentação.

Dra. Raquel sugeriu que seja feita uma listagem dos órgãos que recebem documentos e têm documentos esquecidos ou abandonados da população, e a necessidade desses órgãos destinarem esses documentos a outro órgão com capilaridade para entregar os documentos, como os Correios, a ARPEN ou o arquivo da SEPLAG.

Tula ressaltou que essa proposta tem dois eixos: sendo uma a guarda de documentos e a outra a integração de serviços e sistemas. E sugeriu que seja feita uma experiência piloto no posto Méier, embora não seja a melhor localidade, mas aproveitando a estrutura já existente.

Dra. Fátima disse que o problema do posto Méier é o tamanho do espaço físico. Mas que gostou da ideia de um serviço voltado para a população de rua agregar algumas questões. E se mostrou a favor do projeto piloto no posto Méier.

Tula lembrou que se for feito um piloto do Provimento nº 104, não será preciso da certidão já que os dados terão sido emitidos ao DETRAN/RJ. E propôs que seja feito um desenho do que se quer fazer, no sentido dessa integração maior, utilizando o posto Méier como ensaio de integração.

Dra. Raquel disse que acredita que o objetivo maior do presente grupo de trabalho é a integração de bases e a integração de serviços. E que não consegue visualizar a integração de serviços com uma integração de bases. Tampouco consegue visualizar uma integração de base de dados só no posto Méier. E que para evoluir nessa integração de bases, cuja ela acredita que seja a mais importante, principalmente entre o Registro Civil e o DETRAN/RJ, é o DETRAN/RJ decidir que não irá exigir um documento que já conste em sua base integrada. E, completou dizendo que a regra de apresentação de nova certidão, que já consta na base

integrada do DETRAN/RJ, após 5 anos da sua apresentação, é desnecessária causando gasto de dinheiro público. E, segundo sua percepção, esse é o objetivo do Provimento nº 104.

Dra. Fátima disse que há casos que vieram da base integrada que contém erro, principalmente certidões antigas. E apontou erros de registros feitos em outros Estados.

Trece se manifestou a favor da integração de base de dados. E falou sobre a gestão documental do DETRAN/RJ especificamente, explicando que todo ato administrativo, em regra, é público. Contudo, desde 1999 até a presente data, não conseguiu encontrar um plano de trabalho do órgão de identificação civil, que é o DETRAN/RJ, definindo esses parâmetros.

Tula perguntou se os institutos de identificação civil do país são obrigados a cumprir o provimento nº 104. Dra. Raquel respondeu que a pessoa só é obrigada a cumprir o que está na lei e que o Provimento nº 104 é uma tentativa de o CNJ começar a estabelecer um parâmetro. E que se o Registrador não cumprir, não há o que possa ser feito. E que esse pode ser um projeto de lei estadual para ser pensado junto à SEPLAG, para obrigar a integração entre as bases de dados dos atores emissores de documento no Rio de Janeiro, e a integração deles com as bases federais, como o SIRC.

Trece explicou sobre o acervo do Instituto Pereira Faustino que são pessoas que tiveram suas carteiras de identidade emitidas no antigo Estado do Rio de Janeiro. E que um terço desse acervo é impraticável porque está sob escombros devido ao desabamento ocorrido em 2013 no teto do prédio da Polícia Civil que abriga o acervo do DETRAN/RJ, conforme a normativa de 1999. E Márcio ressaltou a importância do acervo em questão no que tange às fraudes

Dra. Raquel disse que se trata de mais uma pauta para a SEPLAG, já que o objetivo é que a documentação se torne um assunto de planejamento estratégico.

Thayana sugeriu que seja feita uma apresentação para o Secretário com as pautas pertinentes. E Dra. Raquel sugeriu que a apresentação seja enviada através de ofício, vez que o orçamento é a consequência do planejamento. Contudo, ressaltou que o grupo de trabalho não quer dinheiro, mas uma política estruturada. E que os gestores não conhecem uma política de identificação de pessoas. E, sugeriu que a apresentação aborde o problema, aponte a solução e faça um passo-a-passo de como executá-la. E pediu que a apresentação seja submetida antes à Thayana. Mas que tem que virar um expediente oficial para a SEPLAG.

Tula pediu que Dra. Raquel faça uma minuta da apresentação para ser submetida ao grupo para sugestão e acréscimos através do grupo do WhatsApp. E que ata da reunião seja enviada ao Dr. Alberto. Sugeriu ainda que seja feita uma visita ao prédio que abriga o acervo do Instituto Pereira Faustino, cujo teto desabou para que seja pensada em uma solução.

Márcio disse que a visita pode ser feita imediatamente e ficou de enviar as fotos através do grupo de WhatsApp. E, ressaltou que o arquivo pertence ao DETRAN/RJ. E que o DETRAN/RJ está digitalizando o acervo de Ramos, mas que seria interessante que o acervo do Instituto Pereira Faustino fique próximo ao IFP.

Trece sugeriu que seja vistoriado o arquivo de Ramos, já que não basta arquivar, tem que saber como arquivar com trabalho técnico especializado de arquivologia.

E explicou sobre o Ponto Zero que é um arquivo tombado no qual contém processos administrativos antigos de servidores públicos, mas que também arquivar certidões de nascimento e casamento muito antigas. E que pessoas que pedem dupla cidadania costumam pedir documentos que estão arquivados lá.

Dra. Raquel pediu que seja disponibilizado o relatório feito pelo Dr. Thompson, do DETRAN/RJ, através do WhatsApp, para que possa ser encaminhado ao Dr. Alberto junto com esta ata.

Sobre o ofício enviado pelo NUDEDH ao DETRAN/RJ, Dra. Fátima explicou que foi feita uma reunião com o diretor do DETRAN/RJ e com o Procurador do Estado Rodrigo Correa, que assumiu a parte de identificação civil e habilitação. E que o ofício foi enviado à Flora para que seja feito um parecer. E pediu que seja enviada a gravação da reunião para que seja feito um expediente para acrescentar ao expediente anterior. E informou sobre o funcionamento do DETRAN/RJ que está sendo retomado. E que em março será realizada uma reunião para ver o andamento das questões.

Tula sugeriu ainda que seja incluída a questão dos Cartórios de RCPN ao serviço de inscrição no CPF.

A próxima reunião foi agendada para o dia **18/03/2021**, às **10:30h**.